

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/08/2014 a 31/08/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Para Campos há paralisação da reforma agrária. Bernardo Caram, Daiene Cardoso, Erich Decat, Nivaldo Souza e Ricardo Della Colleta – O Estado de São Paulo, Política. 06/08/2014.....	4
Contato dos Xatanawa põe fim a resistência centenária. Felipe Milanez e Glenn Shepard – Site da Carta Capital, Blogs. 07/08/2014	5
Incra sorteia 170 lotes para famílias beneficiárias da reforma agrária em Mato Grosso do Sul – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 07/08/2014.....	12
A reforma agrária aconteceu? Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 08/08/2014.....	13
Títulos de propriedade são entregues a agricultores pernambucanos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/08/2014.....	15
Em tempo de eleição, MST reforça protestos. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Blogs. 12/08/2014	16
Zé Maria mantém agenda e defende reforma agrária. Stefânia Akel – O Estado de São Paulo, Política. 14/08/2014.....	17
Governo Federal entrega título de propriedade a agricultores de Rondônia. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/08/2014. 18	
Questão indígena esquenta disputa eleitoral em Roraima. Bruna Carvalho – Site da Carta Capital, Política. 17/08/2014	18
Comunidades resistentes se autodeclaram Gamela e lutam por terras entregues ao povo ainda no Império – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 20/08/2014.....	21
Cimi manifesta perplexidade diante de denúncias envolvendo deputado relator da PEC 215, ruralistas e CNA – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22/08/2014 25	
Após 13 anos, liminar é cassada e demarcação de terra indígena prossegue – Site do MST. 22/08/2014.....	26
Governo Federal decreta oito novas áreas para reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/08/2014	27
Governo Federal destina 3,2 milhões de hectares para reforma agrária e preservação ambiental. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/08/2014	27
MMA recebe mais de 3 milhões de hectares na região amazônica. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/08/2014	28
NOTA PÚBLICA SOBRE O PERÍODO ELEITORAL - Onde está a Reforma Agrária? – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 27/08/2014	29
Mais 3 milhões de hectares para reforma agrária e conservação ambiental na Amazônia Legal. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/08/2014	31

CPT Bahia e GEOGRAFAR/UFBA fazem lançamento do relatório Conflitos no Campo Brasil 2013 – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 28/08/2014	32
NOTA - CPT Araguaia Tocantins destaca luta das famílias que ocuparam o Incra em Araguaína (TO) – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/08/2014	33
MST invade fazenda do senador Eunício Oliveira em Goiás. João Pedro Pitombo – Folha de São Paulo, Poder. 31/08/2014.....	33
MST ocupa Fazenda do senador Eunício Oliveira. Célia Froufe – O Estado de São Paulo, Política. 31/08/2014.....	34

Para Campos há paralisação da reforma agrária. Bernardo Caram, Daiene Cardoso, Erich Decat, Nivaldo Souza e Ricardo Della Colleta – O Estado de São Paulo, Política. 06/08/2014

Candidato afirmou que paralisação gerou "estresse" no campo

Após participar de sabatina promovida pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, o candidato do PSB à Presidência da República, Eduardo Campos, disse que o "estresse" no campo se deve à paralisação da agenda de demarcações de terras indígenas e assentamentos para reforma agrária, no governo da presidente Dilma Rousseff. "Houve uma paralisação da reforma agrária no País", disse.

Para Campos, a falta de diálogo do atual governo e a ausência de atenção voltada ao setor gera conflito no campo. "Temos de proteger a vida de índios e agricultores; é preciso evitar embates e mortes." Sobre a reforma agrária, ele disse que, além de indenizar o dono da terra, é preciso também garantir recursos para o reassentamento das pessoas. Para o candidato, a justiça social no campo é um desafio assim como a sustentabilidade.

"O agronegócio precisa de ciência e tecnologia, de inovação, mas precisamos cuidar das políticas de assentamento, das políticas voltadas para povos indígenas e da reforma agrária. Dessa forma se constrói paz no campo. É tudo o que precisam os que vivem no campo", declarou Campos.

O candidato disse que o barateamento da comida na mesa dos brasileiros depende não só de infraestrutura, mas de redução do "custo Brasil" e de paz no campo. "A demanda dos agricultores não é para parar (os assentamentos e as demarcações), é para resolver (o conflito no campo)", afirmou.

"Em quatro anos vamos avançar na pauta de demarcação de terras", disse o pessebista, mas evitou falar em meta para criação de assentamentos e não deu um prazo para a conclusão das demarcações de terras indígenas, argumentando que o processo depende de uma série de ações, entre elas a realização de laudos antropológicos. Ele lembrou que a Constituição previu cinco anos para a solução do problema das reservas indígenas, mas a questão se arrasta até os dias atuais. "Paralisação leva ao tensionamento. Na hora que você dialoga e faz a pauta andar, você leva a paz, o entendimento e o desenvolvimento para o campo", concluiu.

Perguntado sobre o programa do PSB, dos anos 40 e que defende a nacionalização de terras do País, Campos minimizou o documento e disse que ele foi escrito em um outro cenário. "A realidade se alterou", disse, argumentando que analisar o programa com a ótica atual seria o mesmo que comparar a "Constituição de 1988 com a Carta de Pero Vaz de Caminha".

Para Campos, é preciso retomar o diálogo com o mundo rural brasileiro e que seu diálogo sobre sustentabilidade no campo será "tranquilo, respeitando divergências".

O socialista voltou a fazer críticas ao atual modelo de sustentação política, argumentando que ele impede a renovação da gestão pública. E destacou que a presidente Dilma será a primeira chefe do Executivo a entregar o País, ao final do

mandato, pior do que quando o recebeu. "O presidente Lula promoveu diálogo em suas mediações e entregou um País melhor", comparou.

Contato dos Xatanawa põe fim a resistência centenária. Felipe Milanez e Glenn Shepard – Site da Carta Capital, Blogs. 07/08/2014

O descaso e a incompetência do Brasil e do Peru colocaram populações em "isolamento voluntário". Os sete indígenas que apareceram no Acre são sobreviventes

Eles são jovens. Todos saudáveis. Corpos esbeltos, cabelos bem cortados, algumas leves pinturas no rosto. Carregam arcos e flechas bem feitas, bem apontadas, com as penas impecavelmente cortadas. Portam um cinto de casca de envira, que utilizam para segurar um machado, e amarram o pênis nesse mesmo cinto. Imitam animais da floresta com perfeição e cantam belas melodias características das sociedades falantes da língua Pano, como as músicas dos Kaxinawa e dos Yawanawa que se pode escutar em CDs. Por trás dessa bela aparição de jovens indígenas que tomaram coragem e decidiram passar a interagir com a violenta sociedade que os cerca, estão terríveis histórias de massacres – um provavelmente recente, e suspeita-se perpetrado por um narcotraficante. A história do “contato” dos Xatanawa é uma extraordinária história de resistência.

Vídeos e fotografias sobre a chegada de um povo tido como em “isolamento voluntário” em uma aldeia do povo Ashaninka, no Acre, têm provocado comoção nas redes sociais, questionamentos, comentários racistas, e ganharam atenção da imprensa nacional e internacional. Dois vídeos divulgados com exclusividade no blog do jornalista Altino Machado romperam com o silêncio da Funai, muda sobre os riscos do contato e apenas expressando-se em notas à imprensa cheias de mistérios. A notícia saiu desde o Jornal Nacional ao britânico Guardian. Tem merecido manchetes de portais sensacionalistas e até de revistas científicas como a Science. Quase sempre, a história dos massacres e da resistência dessa população é deixada em um segundo plano para dar espaço ao sensacionalismo, exotismo e colonialismo da relação com essa nação indígena.

Ideias tais como “emergiram da floresta” ou “saíram do isolamento”, “um grupo de índios isolados da civilização” que estão “vindo até nós” contribuem muito mais para esconder o real significado desse processo de aproximação e interação em curso. Nas caixas de comentários há sempre a surpresa pelo machado, terçado, a espingarda, ou a “carteira do Corinthians” portada pelos indígenas. “Será que a Funai vai, também, demarcar o Itaquerão?”

Essa perspectiva etnocêntrica contribui para se deixar de lado a responsabilidade dos Estados brasileiro e peruano em protegerem e dar garantias para que essa população possa continuar vivendo livre – e se quiser, mesmo contra o Estado.

Fronteiras de sangue

As câmeras que mostram os jovens indígenas poderiam também apontar para o outro lado dessa fronteira: o tráfico de cocaína do Peru, maior produtor mundial, e suspeito de ter cometido um massacre contra essa população; para a indústria madeireira peruana, ilegal e predatória, que abastece os Estados Unidos de mogno, também suspeita de

violência e massacres por ali; para a indústria madeireira brasileira que falsifica documentos, mesmo no Acre, e está explorando o entorno das terras indígenas, e é uma das campeãs de conflitos e mortes; para a exploração de petróleo e ouro, avançada no Peru e em processo de prospecção no lado brasileiro, que contamina vastas áreas de floresta; para as obras de infraestrutura na América Latina, pelo IIRSA, e também o PAC, que impactam e destroem ambientes e vidas humanas que não são levadas em contas nas planilhas.

Foi somente após o contato desse grupo que fala língua da família Pano, e que a princípio se autodenominam Xatanawa, segundo identificou um dos intérpretes, é que o governo brasileiro decidiu liberar recursos para a construção e manutenção de quatro bases de fiscalização da Frente de Proteção Etnoambiental Envira. Foi feita a promessa de 5 milhões de reais e mais recursos de emergência para que não ocorram mortes decorrentes do contato. Essa população passa a viver uma situação de vulnerabilidade epidemiológica em razão de baixa imunidade a diversas doenças. Tempos atrás, metade iria morrer nos próximos meses. Será que agora é possível fazer diferente? Algumas experiências como o contato com os Korubo, em 1996, no Vale do Javari, e com os Arara da Cachoeira Seca do Iriri, em 1987, mostram que é possível, se houver uma equipe organizada, evitar epidemias e mortes.

Acontece que, para se construir equipe e estrutura, é necessária a chamada “vontade política”: o governo cumprir a lei e destinar recursos. As quatro bases de fiscalização que foram agora prometidas já eram uma demanda antiga do sertanista José Carlos Meirelles e passaram a ser também de seus jovens sucessores na Frente de Proteção Etnoambiental Envira, da Coordenação Geral de Índios Isolados, no Acre, como o dedicado indigenista Guilherme Daltro Siviero.

Há anos, Meirelles e outros indigenistas, como Terri de Aquino, alertam sobre a possibilidade de um eventual contato nessa área com um povo em isolamento voluntário. E alertam para a chance de um provável desastre humanitário. Isso nunca serviu, no entanto, para acordar os burocratas da chefia da Funai, do Ministério da Justiça e do Ministério do Planejamento. Mais fácil deixar sangrar em campo os dedicados funcionários, e depois culpá-los por “despreparo”, como alega reportagem recente publicada no jornal britânico Guardian. Como o próprio Meirelles desabafou em entrevista concedida à Revista Terra na semana passada: “Ou faz, dando estrutura, ou o estado brasileiro diz: tudo bem, mais um genocídio no meu currículo.”

Em 2007, já com suspeita de que um contato eventual poderia ocorrer com a vinda dos indígenas, Meirelles alertou em entrevista para Felipe Milanez sobre os riscos que ele temia: “Não temos condições de prover saúde e dar assistência, seria um massacre.” O risco agora é de um massacre epidêmico após essa população ter relatado que sofreu um massacre por um grupo fortemente armado.

Esses jovens Xatanawa que habitam as cabeceiras do Envira são, portanto, conhecidos há tempos pelo Estado brasileiro. Meirelles montou a primeira base de fiscalização na confluência do rio Envira com o igarapé Xinane em 1988. Ele já havia mapeado a região e encontrou esse ponto com equidistância do território de diferentes povos nessa situação de isolamento, em uma posição intermediária com as comunidades Ashaninkae

também bem localizada para controlar a subida do rio: a partir dali, subindo as águas do Envira, estaria vigiado o acesso pela água.

A proteção do lado brasileiro da fronteira passou a ser eficiente. E, pelo lado peruano, passou a piorar após os anos 2000, quando Meirelles começou a perceber os resíduos da exploração madeireira no lado de lá, como tambores de combustíveis, sacos plásticos e pranchas de mogno descendo o rio. Se vinham todas essas tralhas de acampamentos ilegais, por que não poderia descer o rio também, por exemplo, uma carteira do Corinthians ou um machado boiando cravado numa tora, objetos encontrados com os Xatanawa?

Ameaças e riscos desde o início da década

O sertanista Meirelles e seus colegas na Coordenação de Índios Isolados e Recente Contato passaram a denunciar a situação de ameaça ao indígenas em isolamento na fronteira do Brasil com o Peru, região do Paralelo 10, no início da década. Em 2004, Meirelles foi atacado por um grupo Mashco Piro, levou uma flechada no rosto e quase morreu. Já desconfiava ele que a agressividade dos Mashco poderia estar relacionada com violência contra eles na região. Em 2005, um grupo de indígenas passou em aldeias e nas casas de ribeirinhos para se apropriar de alimentos e ferramentas. Meirelles tentou recursos do governo para repor esses equipamentos e tentar lançar, em sobrevoos, ferramentas às aldeias dos isolados.

As madeiras de sangue, como chamamos a exploração ilegal e predatória de madeiras nativas, cada vez mais penetraram os territórios dessas populações indígenas autônomas. Em 2006 e 2007 foram feitas denúncias internacionais da invasão de madeireiros peruanos no território brasileiro, que atingiam tanto comunidades Ashaninka quanto o território dos isolados. Nessa crise, durante uma reunião interministerial, um diplomata brasileiro falou sobre a necessidade de denunciar o Peru na Organização Mundial do Comércio.

Meirelles costumava dizer a amigos: “cada caixão de mogno nos Estados Unidos deveria vir com uma placa: aqui jaz um índio isolado que foi morto para essa madeira vir até aqui enterrar um americano”.

Na segunda metade da década, com a eminência do contato, e durante processos de reestruturações da Coordenação Geral de Índios Isolados (que passou também a trabalhar com os povos de Recente Contato – CGIIRC) em 2006, que passou a se falar, internamente no ambiente sertanista, da necessidade urgente de se constituir equipes preparadas para o contato. Em reunião interna da coordenação, em 2010, essas equipes foram longamente discutidas: elas deveriam sempre contar com a presença de um tradutor e agentes especializados de saúde.

Assim, há pelo menos uma década a possibilidade de um contato é tida como grande na Funai. Mesmo assim, a sucessão de chefes na pasta, desde Sydney Possuelo, Marcelo dos Santos, Elias Bigio, e hoje, Carlos Travassos, nunca conseguiram aumentar o orçamento e romper os entraves burocráticos interministeriais para o treinamento de equipes.

Desenvolvimentismo e os impactos que não aparecem nas planilhas

O advento do PAC, em 2007, trouxe novas pressões, que foram ampliadas com o PAC 2 em 2010. As Frentes de Proteção Etnoambiental foram duplicadas. Passaram de seis para as atuais 12 e a proteger 30 milhões de hectares. Em 2010, foi feita uma proposta para ampliação do orçamento da CGIIRC para 5 milhões de reais. Não houve resposta do governo. Em 2014 o orçamento foi de 2,3 milhões de reais, e grande parte foi gasto para as operações de desintrusão da Terra Indígena Awá, no Maranhão, onde o povo indígena Awá também vive risco de genocídio. Na hora de realizar as operações no Xinane para salvar os Xatanawa, faltou recurso.

Não é apenas dinheiro que o governo nega para os sertanistas. Faltam recursos, gente e estrutura. E não é apenas com relação às populações em isolamento. Esse é apenas um reflexo exposto da caótica política indigenista do atual governo, violenta de diversas formas contra os povos indígenas. Uma breve leitura no diagnóstico do relatório do Conselho Indigenista Missionário serve para expor o tamanho da tragédia em curso. A política de saúde indígena é uma tragédia geral, e a Funasa – atual Sesai –, desde que foi desmembrada da Funai no início dos anos 1990, nunca formou uma equipe especial para os contatos nem para o contato com os Karubo, no Vale do Javari, em 1996, nem com os Piripkura, em 2007: em ambas as situações os sertanistas da Funai tiveram de se virar como puderam convidando enfermeiros conhecidos e amigos.

Dar condições de trabalho e assumir a proteção aos povos indígenas em isolamento voluntário determinada pelo Estatuto da Funai (Decreto 7778) (“proteger os povos indígenas isolados, assegurando o exercício de sua liberdade, cultura e atividades tradicionais”) é uma regra muito pouco seguida no último século, desde que Rondon fundou o Serviço de Proteção ao Índio. Infelizmente, os vídeos recentemente divulgados mostram funcionários da Funai dedicados, mas sem os planos discutidos pela própria Funai de dispor de equipe de saúde especializada e treinada, junto de equipe de interpretes e sertanistas. Um dos indigenistas usava um corte de cabelo que assustou os índios, sem intérpretes, falam em portunhol, diziam “não” quando isso não significa nada (em Kayapó a palavra “nã” quer dizer “sim”, por exemplo). As equipes foram deslocadas às pressas, com aperto financeiro e estresse. A base Xinane, que poderia prover alimentos como banana, mandioca e frutas, estava abandonada.

A questão é que a história desse contato deve se repetir nos próximos anos em diferentes partes da Amazônia, como com um grupo Korubo isolado, no Vale do Javari, no Amazonas, ou com um grupo Yanomami, em Roraima, ameaçado por garimpos ilegais. Não são situações em que o Estado provoca o contato, como durante o desenvolvimentismo da ditadura, por exemplo, o caso dos Panará, atingidos pela BR 163, ou os Arara, na rota da Transamazônica. Mas é difícil acreditar que, hoje, o Estado brasileiro esteja preparado para dar proteção a essas comunidades que estão sendo vencidas pelas violentas frentes de expansão.

Dentro da CGIIRC há planos de constituição de equipes treinadas e preparadas. Mas é preciso multiplicar por dez o orçamento, segundo estimativa dos sertanistas, facilitar a contratação de mateiros e pessoas treinadas em campo e descontingenciar os gastos para que possam ser aplicados nas situações de urgência e de forma condizente com a necessidade de custos dessas regiões remotas.

O histórico: quem são os Xatanawa, ou Chitonahua, os “isolados do Envira”?

Os sete sobreviventes enfrentaram o medo do contato e visitaram a comunidade Simpatia do povo Ashaninka para pedir comida e materiais. Como não falavam a mesma língua, o encontro foi tenso. Apenas após a chegada de dois intérpretes Jaminawa (ou Yaminahua na grafia peruana) que a comunicação foi estabelecida. A língua que falam é um dialeto do Jaminawa, o que permite fluência na comunicação. Suspeitava-se a partir das fotografias e vestígios materiais da presença, com base em sua localização e adornos corporais, que estes indígenas pertenciam a um grupo falante da língua Pano isolado. Os intérpretes confirmaram essa filiação linguística e sugeriram que eles estão relacionados com o Chitonahua do Peru (escrito ‘Xitonawa’ na ortografia brasileira), porém eles se chamam “Xatanawa”, que significa: “Povo Arara”.

Alguns anos atrás, um pequeno grupo de cerca de 15 Chitonahua, fugindo de conflitos semelhantes com madeireiros, em 1996, refugiou-se ao longo do alto rio Minuya, no Peru. Estavam sendo atacados por madeireiros de mogno: a mencionada indústria madeireira de sangue. Dois jovens do grupo tinham ferimentos provocados por tiros de espingarda. Quase a metade do grupo havia morrido por doenças misteriosas que eles atribuíam a feitiçaria, mas que no entanto incluía gripe, malária e outras doenças contagiosas.

Os Chitonahua por sua vez são muito próximos dos Yora ou Nahua do alto rio Manu e do rio Mishagua, do Peru. Trata-se de um grupo guerreiro e resistente, que ganhou as manchetes internacionais, em 1983, quando atacaram um grupo de fuzileiros navais peruanos que acompanhava o então presidente do país Fernando Belaúnde. A comitiva dirigia-se para as cabeceiras do rio Manu para inaugurar a parte peruana da rodovia Transamazônica. Há uma fotografia famosa que mostra o presidente Belaúnde ao lado de um soldado com uma flecha Nahua no seu pescoço.

Essa resistência Nahua foi, em grande parte, responsável por impedir o que teria sido um projeto de estrada ecologicamente desastroso no coração da primeira e mais famosa área protegida do Peru, o Parque Nacional de Manu. No entanto, com intensa prospecção petroleira no seu território pela Shell Oil, e a recente invasão de madeireiros, os Nahua foram finalmente contatados em 1985. Em dez anos, a população foi reduzida quase pela metade, principalmente devido a doenças introduzidas.

Como os Chitonahua e, antes, os Nahua, o grupo que recentemente apareceu ao longo do rio Envira também contraiu doenças respiratórias e foi necessário tratamento médico de emergência.

Narcotraficante português é o principal suspeito de massacre

Os sete indígenas Xatanawa que vieram até a aldeia Ashaninka no Acre são verdadeiros sobreviventes. Eles detalharam aos intérpretes o crime de genocídio que teria sido cometido contra eles. A suspeita, pelas descrições físicas feita pelos indígenas, é que o massacre teria sido liderado por um narcotraficante português chamado Joaquim Antônio Custódio Fadista, com cerca de 60 e poucos anos.

Fadista organizou a invasão da base Xinane da Funai, em 2011, liderando um grupo fortemente armado. Desde então, a base Xinane foi desativada. Além do risco aos servidores, houve também limites orçamentários e de direitos trabalhistas. Acontece que Fadista foi duas vezes preso dentro do território indígena, em março e em agosto de

2011. Na primeira, pela PF, foi extraditado e retornou à região. Depois, pela polícia civil, foi liberado em seguida. Foi condenado por tráfico pela Justiça do Maranhão e do Ceará, e também em Luxemburgo, e é procurado pela polícia peruana. Impune no tráfico e, a princípio, até então, impune na prática de genocídio que deve ser investigada.

Na época, o sertanista José Carlos Meirelles enviou um e-mail para os “companheiros de luta e família” no qual dizia: “Como todos sabem a nossa base do Xinane foi invadida por um grupo paramilitar peruano, onde foi preso por uma operação da Polícia Federal, um único integrante. O famoso Joaquim Fadista, que já tinha sido pego aqui por nosso pessoal, foi extraditado e voltou. Com um grupo de pessoas cuja quantidade não sabemos.”

Carlos Travassos, coordenador de Índios Isolados na Funai, já suspeitava, na época, da prática de violência por Fadista. Ele havia relatado, em 2011, para este blog: “Esses caras fizeram correria (como se chamavam as matanças de indígenas na época dos seringais) de índios isolados. Decidimos voltar para cá por conta de acreditarmos que esses caras possam estar realizando um massacre contra eles”.

Depois de capturado, foi encontrado em posse de Fadista pontas de flechas dos índios isolados e levantou-se ainda mais a suspeita do genocídio. Não houve investigação policial da denúncia dos sertanistas da Funai, nem no Brasil, nem no Peru. A descrição dos Xatanawa do massacre, segundo servidores da Funai, bate com a descrição física de Fadista, com a quantidade de pessoas e possíveis armamentos. O tráfico de cocaína vem a somar-se à indústria madeireira ilegal e a extração ilegal de ouro como as maiores ameaças físicas e diretas aos povos em isolamento voluntário na região.

Nações livres e autônomas: o isolamento como estratégia

Nas conversas entre os Xatanawa e os intérpretes também foram informados detalhes da existência de pelo menos oito populações indígenas isoladas que residem nesta remota região de fronteira entre Brasil e Peru, praticamente ao longo da linha do 10º paralelo sul.

Esses e outros grupos em situação semelhante hoje têm, de fato, conscientemente adotado o isolamento como uma estratégia para sobreviver em face da violência e da doença que foram levadas para essas regiões remotas durante o ciclo da borracha, entre 1895 e 1915. Na verdade, as primeiras referências ao Chitonahua remetem a 1895. Antes das correrias dos seringais, violentos massacres, esses grupos não eram “sem contato”. Estas sociedades participavam de intensas redes regionais, culturais e comerciais, amplos mecanismos de comércio interétnico, de trocas e de casamentos. Por esta razão, o termo “isolamento voluntário” foi cunhado pelo antropólogo Glenn Shepard em um relatório de 1996 sobre o estado de grupos isolados no Peru.

Shepard cunhou o termo “grupo indígena em isolamento voluntário” em virtude de avistamentos de índios nômades, nus, “sem contato”, no Rio de las Piedras e regiões próximas, na bacia do Madre de Dios no Peru onde a Mobil estava realizando prospecção para gás e petróleo. A ideia do termo era justamente para tentar superar as noções românticas e falsas geradas por termos como “índio não-contatado” de grupos na “Idade de Pedra” que tinham vivido numa espécie de Jardim de Éden até o presente.

A realidade é que os grupos autônomos remanescentes na Amazônia hoje são descendentes de grupos que, em resposta aos massacres, exploração e epidemias sofridos especialmente durante a Época da Borracha em adiante, escolheram o isolamento radical de todos os outros povos ao seu redor como último recurso para a sobrevivência. Nenhum grupo humano, em condições normais, vive isolado dos outros grupos ao seu redor: na Amazônia são testemunhadas na arqueologia e na etno-história grandes redes de troca que alcançavam desde as regiões mais remotas da Amazônia até os capitais de grandes civilizações andinas e até a costa do Peru.

O isolamento é, portanto, um fenômeno recente na etno-história desses povos. E também altamente "moderno": o "isolamento voluntário" desses grupos é uma resposta à inovação tecnológica essencial da modernidade, o automóvel, e à demanda que isso criou nos mercados internacionais para borracha nativa da Amazônia no início do século XX. A industrialização provocou violência e o isolamento foi uma resposta a isso. Em certo sentido, esses povos que são tidos na imprensa sensacionalista como sendo da "Idade da Pedra" são tão modernos quanto qualquer outra pessoa em qualquer cidade, pois vivem o impacto dessa modernização. A verdade é que essa modernização distante trouxe para estas regiões terror, violência, mortes, massacres, escravidão.

"Isolar-se" transformando o modo de vida para o nomadismo, buscando refúgio em regiões distantes nas cabeceiras dos rios – onde não havia seringá – e evitar aproximação com a sociedade do entorno é, no fundo, uma estratégia política.

Contato e diplomacia: é preciso respeitar os Xatanawa

Em 1910, o Marechal Cândido Rondon escreveu que "Os índios não devem ser tratados como propriedade do Estado dentro de cujos limites ficam seus territórios, mas como Nações Autônomas, com as quais queremos estabelecer relações de amizade"

As expressões correntes para designar essas relações diplomáticas e categorizar essas populações, sejam as correntes da imprensa, ou do governo, ou as da academia, são todas problemáticas e carregadas de preconceito. Primeiro, a própria ideia de classificar essas populações diversas em si é um limite e implica numa tentativa de dominação. Segundo, chamar de "isolados", ou mesmo "autônomos", significa dizer que há aqueles que não estão isolados, ou seja, nós, uma perspectiva etnocêntrica e preconceituosa, e a ideia de autonomia exclui toda a pressão externa e o interesse de algumas dessas por tecnologias, como machados, facões, armas de fogo.

Afinal, essas populações, como os Xatanawa, vivem mais ou menos onde sempre viveram, podendo ter adaptado seu território para se proteger das diferentes pressões que surgiram nos últimos séculos. O fato é que há 77 evidências de existir populações nessa situação de "isolamento voluntário", uma situação em que passam a ser vulnerabilizadas a epidemias a partir do aumento das interações.

Ao longo do século passado, surgiu a função dos sertanistas como defensores humanitários dos povos indígenas. Foi o marechal Cândido Rondon quem deu essa conotação para a palavra – que até então designava os matadores de índios, como os bandeirantes. E a profissão se tornou uma especialidade do indigenismo para o contato com povos "arredios", "bravos", "isolados", a partir do trabalho dos irmãos Villas

Bôasna Fundação Brasil Central – que depois em 1967 passou a fazer parte da Funai, junto do Serviço de Proteção ao Índio.

Em toda a história dos contatos, seja durante a ditadura, seja antes, os sertanistas, como os Villas Bôas ou Chico Meireles, trabalhavam em condições sofríveis, com urgência para evitar o pior. A diplomacia sertanista consistia em se posicionar à frente das “frentes de expansão” para proteger os índios das guerras travadas pelos seringalistas, fazendeiros, pecuaristas, garimpeiros, ou do próprio governo, como no caso da construção de obras de infraestruturas, tais como a Transamazônica. Em 1987, por iniciativa dos sertanistas, liderados por Sydney Possuelo, foi criado o Departamento de Índios Isolados, e os processos de contatos passaram a ser evitados. A escolha passaria a ser dos povos indígenas. E o Estado brasileiro, por meio dos sertanistas, deveria realizar a proteção dos territórios para que essas populações que vivem de forma autônoma do Estado possam continuar a viver do jeito que desejam.

Essa política, hoje, vive um esgotamento, ao mesmo tempo que é mais garantida pela Constituição Federal e pela Convenção 169 da OIT. O esgotamento é que os planos desenvolvimentistas do governo não são alterados se eles impactam um território habitado por uma população nessa situação. Cria-se uma terra indígena, destinam-se recursos, mas se a Coordenação geral de Índios Isolados disser que não é possível realizar o empreendimento, é difícil imaginar, hoje, que ele não saia do papel por isso. E há 33 empreendimentos do PAC que impactam diretamente o território de povos indígenas considerados “isolados”, desde as usinas de Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, Teles Pires, São Luiz do Tapajós, até estradas e hidrovias. Se o empreendimento for produzir risco de destruição do território e um consequente genocídio, ele não deve ocorrer. Acontece que, como declarou o sertanista José Carlos Meirelles, parece que o Brasil não tem vergonha de acrescentar genocídios ao seu currículo.

Incra sorteia 170 lotes para famílias beneficiárias da reforma agrária em Mato Grosso do Sul – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 07/08/2014

A sorte foi lançada nesta quinta-feira (07) entre 170 famílias para determinar o endereço definitivo de cada uma delas no assentamento Nazareth, situado em Sidrolândia, a 70 quilômetros da capital, Campo Grande, na região leste de Mato Grosso do Sul. O sorteio foi realizado para garantir a lisura e a transparência no processo de destinação das parcelas aos assentados. Os 170 números em jogo foram colocados em um recipiente fora da visão dos participantes e retirados um a um da urna, formando o mapa das futuras moradias das famílias.

Anaira Graciano Lopes comemorou, com a filhinha de apenas um ano nos braços, o recebimento do lote 43. Ela vai explorar a parcela juntamente com a mãe e um tio. “Já entramos em contato com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) para nos assessorar num projeto de criação de peixes”, disse a nova assentada do Nazareth. Outra assentada, Valdecy Batista de Lima, 57 anos, afirmou ter o objetivo de ver um dia, com orgulho, os produtos nascidos de seu trabalho – principalmente frutas, verduras

e legumes – sendo comercializados nas gôndolas dos supermercados de Sidrolândia e municípios vizinhos.

Nesta sexta-feira (08), os beneficiários iniciam as negociações para a formação de uma associação, visando gerir os negócios do assentamento. O primeiro passo é a criação de um grupo que vai tratar das construções das casas por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida e, simultaneamente, agilizar a abertura das estradas internas do assentamento, viabilizando, desta forma, a implantação da energia elétrica e a instalação de água potável encanada nos 170 lotes. Os recursos estão sendo conseguidos por meio de parcerias do Incra/MS com os governos estadual e municipais, principalmente em Sidrolândia, onde já estão implantados 22 assentamentos.

Créditos

Os primeiros créditos da reforma agrária a serem concedidos às famílias são o Apoio Inicial I, no valor de até R\$ 2,4 mil por família, que se destina a apoiar a instalação no projeto de assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, além do Apoio Inicial II, voltado à aquisição de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos. Neste caso, o valor que pode ser acessado por cada família é de até R\$ 2,8 mil.

Após a aplicação desses recursos, é disponibilizado o crédito Fomento, para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo da geração de trabalho e renda. O valor é de até R\$ 6,4 mil por família, dividido em duas operações de crédito de até R\$ 3,2 mil. Outra modalidade importante é o Fomento Mulher, de R\$ 3 mil por família, em única operação, para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote.

A operacionalização será feita pelo Banco do Brasil, que disponibilizará cartões magnéticos aos beneficiários, válido para todas as modalidades acessadas. Os recursos disponibilizados no âmbito do Fomento e Fomento Mulher podem ser utilizados em projetos agrícolas e não agrícolas.

Todos os 170 lotes do assentamento Nazareth já foram demarcados, georreferenciados e certificados. A área de reforma agrária encontra-se em uma região privilegiada, devido à proximidade com grandes centros consumidores, notadamente Campo Grande, a capital do estado.

A reforma agrária aconteceu? Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 08/08/2014

Ainda que as redistribuições não tenham ocorrido como propostas por lideranças da esquerda, rearranjos sociais autônomos acabaram por realizá-las

Na coluna da semana passada fiz referência ao livro “A Crise Agrária”, de Alberto Passos Guimarães, escrito no final da década de 1970. Através de conjunturas e estatísticas históricas e da época, o autor projetava um futuro auspicioso para a agricultura no Brasil.

A vitória, no entanto, só viria se as forças do campo promovessem uma reforma agrária profunda e em moldes distributivos. Dicotomia polêmica e frequente que dura até hoje.

Vista assim do alto, poderá parecer que apenas parte da profecia se realizou. Escorados na ampliação da fronteira agrícola para os cerrados de terras baratas, com tecnologias modernas aqui desenvolvidas ou vindas de fabricantes multinacionais, concentrou-se a produção em culturas de exportação e nos transformamos numa potência agrícola.

Muitas decorrências negativas? Sem dúvida. Algo natural em processos amplos e agudos, ainda mais numa Federação de Corporações regida por interesses pouco gerais.

Se vamos à lupa, percebemos que as “forças do campo”, como entendidas pelo autor, parecem não terem sido suficientes para promover uma reforma agrária de resultados produtivos e sociais efetivos.

Será?

A considerar como modelo de reforma agrária assentamentos desassistidos, estigmatizados acampamentos de sem-terra, projetos inacabados do governo e a imensa massa rural que nas últimas décadas se deslocou para os centros urbanos, certamente não.

Arriscando-me a um muro poucas vezes frequentado, penso que não foi bem assim.

Ainda que as formas redistributivas no campo não tenham ocorrido nas bases estudadas pelo autor e propostas por lideranças políticas e eclesiásticas da esquerda, rearranjos sociais autônomos acabaram por realizá-las. Vou mais longe: com resultados melhores do que se conduzidas na forma de coletivos agrários.

Com exceção do excelente Globo Rural (TV e revista), o destaque nas folhas e telas cotidianas acaba sempre reservado aos grandalhões do agronegócio.

Grande equívoco. Contamos com milhões de pequenas propriedades rurais bem sucedidas no País. Sabem disso os que vivem lá ou os que por ali passam de olhos e boa vontade abertos.

Sim, enfrentam vários entraves. Situações climáticas adversas sem garantia de seguro rural, burocracia nos financiamentos, insumos e processamentos precificados em condições oligopolistas, armazenagem insuficiente, comercialização concentrada em poucos receptores.

Suas dificuldades são maiores do que as dos beneficiários da escala em áreas mais extensas, níveis de mecanização, acesso a formas diferenciadas de financiamento, apropriação precoce das inovações tecnológicas, poder de barganha na venda da colheita.

Mas, depois das transformações na economia do planeta, a partir da década de 1980, seria possível impedir a concentração que ocorreu em praticamente todos os setores?

O Censo Agropecuário do IBGE, com dados de 2006, revelou existirem 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários, com área média de 68 hectares. Em 1970, a média era de 60 hectares. Assim, se houve um processo de concentração fundiária ele não é recente, fato reconhecido no próprio livro de Alberto Guimarães.

Os agricultores brasileiros pequenos e médios superaram suas dificuldades, evoluíram comprando ou arrendando áreas para plantio, e permitiram a interiorização do desenvolvimento, fazendo surgirem municípios prósperos com repercussões positivas nos demais setores da economia.

No Brasil, são cultivados mais de 100 “produtos da terra”, importantes por seus valores de produção e comercialização. Uns pelos volumes que representam, outros pela agregação de valor que trazem.

Uma diversificação fantástica que relativiza o protagonismo que se dá às grandes extensões de terras ou, como trata o livro “A Crise Agrária”, latifúndios improdutivos ou capitalistas.

O levantamento Produção Agrícola Municipal, do IBGE, entre culturas temporárias e permanentes, informa área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção para as 64 culturas mais importantes, em cada município brasileiro. Uma pesquisa que encanta e surpreende.

Meu ponto: nada disso aconteceria sem que tivesse autogestado algum tipo de reforma agrária.

Até chegar aí foi doloroso o processo? Sim. Poderia ter sido melhor como pensada pela esquerda, na década de 1970? Não sei. Muitos camponeses ficaram fora do processo e hoje ralam sem terras e apoio? Com certeza.

Mas que o panorama atual é completamente diferente do preconizado quando se iniciou o arranque agrícola, isto é. Para arredondar o processo, agora, bastam dar importância e aumentar os recursos financeiros, técnicos e educacionais para os programas de agricultura familiar.

Na próxima coluna, a corrida dos candidatos aos corredores do agronegócio. Se eu não mudar de ideia, é claro.

Títulos de propriedade são entregues a agricultores pernambucanos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/08/2014

Mil e quinhentos agricultores familiares do município de Ouricuri, no sertão do Araripe (PE), terão a terra legalizada, nesta sexta-feira (8). De posse do título de propriedade, os trabalhadores rurais contarão com mais segurança, além de poderem acessar benefícios e políticas públicas.

Essa é a segunda fase da ação de regularização fundiária que vem sendo desenvolvida no município pelo Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária do MDA, em parceria com do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (Iterpe).

Só em Ouricuri, o convênio firmado entre o MDA e o Iterpe já possibilitou o cadastramento de mais de 10 mil imóveis rurais, dos 12.540 previstos, bem como a titulação de 2,8 mil propriedades - sendo 1,3 mil em 2012 e 1,5 mil nesta entrega.

O secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), explica que os trabalhos no município já estão em fase final. “Concluindo isso, já iniciamos a regularização em mais sete municípios do sertão do Araripe.”

Agricultores comemoram os títulos

Para Eleusina Alves da Silva, proprietária, há 40 anos, de um sítio com 16 hectares, a titulação chega em boa hora para a família. “Sem o documento da terra, tudo era difícil. Não tinha crédito no banco e nem nas lojas de material, não conseguíamos financiar nada.”

Mãe de 13 filhos e três enteados, Eleusina faz planos de para o futuro. “Agora vamos buscar recursos e programas que nos deem condições para comprar mais gado e começar um plantio de mandioca.”

A relação da família de Francisco José Ferreira com o documento de posse da terra é ainda mais forte. Segundo o filho do agricultor, Antônio dos Santos Ferreira, com a possibilidade de investir na terra e melhorar a produção, quatro irmãos - dos seis que saíram do campo - planejam voltar.

“Meu pai herdou 23 hectares e depois comprou mais oito. Mas, sem o documento oficial não conseguia financiamentos para plantio, projetos de irrigação e criação de animais. Agora, meus irmãos poderão voltar”, conta Antônio, que já planeja criar gado e plantar capim e sorgo.

Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (SRA/MDA)

Gerido pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), o programa viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, dando segurança jurídica ao imóvel. Atende as áreas rurais devolutas de domínio estadual. A iniciativa viabiliza a titulação, garantindo aos agricultores familiares o acesso às demais políticas públicas do governo, entre elas o crédito rural e a assistência técnica.

Em tempo de eleição, MST reforça protestos. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Blogs. 12/08/2014

Retomada de interdição de rodovias e ocupação de prédios públicos devem prosseguir. Objetivo é aproveitar o momento eleitoral para reivindicar reforma agrária

O Movimento dos Sem Terra (MST) interditou nesta terça-feira, 12, quatro rodovias federais no Paraná. Militantes da organização também paralisaram o trecho da BR-155, que liga as cidades de Marabá e Redenção, no Pará. Em Brasília, eles ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra). Segundo informações da coordenação nacional do movimento, as manifestações devem prosseguir nesta quarta-feira, 13.

O objetivo é aproveitar o momento eleitoral para chamar a atenção da sociedade para o debate da questão agrária. O MST, a Via Campesina e outras organizações de pequenos agricultores que participam das manifestações reivindicam a retomada das desapropriações de terra para a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura

familiar. A pauta também inclui questões de moradia, crédito, assistência técnica e educação.

Em artigo que divulgou recentemente sobre o momento político, João Paulo Rodrigues, que faz parte da coordenação do MST e tem sido seu porta-voz, disse que “esse é um dos momentos mais ricos da democracia para se debater sobre os vários problemas existentes no Brasil”.

Rodrigues também conclamou os trabalhadores do campo e cidade a fortalecerem “candidaturas de deputados federais e estaduais, governadores e senadores que estejam comprometidos com o nosso programa de reforma agrária e com as reivindicações dos sem terra e dos camponeses”.

De acordo com a avaliação do dirigente, neste momento estão em disputa no País um conjunto de “60 milhões de hectares de terras agricultáveis, que podem ser destinados para a reforma agrária ou ser comprados por estrangeiros a qualquer momento.”

Sua reivindicação, de dificultar a venda de terras para estrangeiros, vai na contramão do que desejam os empresários do agronegócio. Dias atrás, eles encaminharam documentos aos candidatos à Presidência da República reivindicando, entre outras coisas, menos entraves nas vendas.

Zé Maria mantém agenda e defende reforma agrária. Stefânia Akel – O Estado de São Paulo, Política. 14/08/2014

Zé Maria aceitou um convite da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo e foi a Araraquara, no interior paulista, reunir-se com empregados rurais da região

O candidato do PSTU à Presidência, Zé Maria, é o único entre os presidenciáveis que não cancelou sua agenda de campanha nesta quinta-feira, 14, em luto pelo falecimento de Eduardo Campos. Zé Maria aceitou um convite da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo e foi a Araraquara, no interior paulista, reunir-se com empregados rurais da região.

Diante de mais de 150 trabalhadores, o candidato defendeu uma reforma agrária "verdadeira" que enfrente o agronegócio. "Mas para isso é preciso tirar as terras do controle das grandes empresas e colocá-las sob o controle dos trabalhadores", afirmou, alertando que Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) não farão a reforma agrária.

Nesta quarta-feira, 13, a nota de pesar da campanha de Zé Maria pelo falecimento de Campos destoou das demais ao manifestar claramente seu desacordo em relação às políticas do então candidato. "O PSTU não tinha identidade política nem de classe com o ex-governador. Não apoiamos seu governo em Pernambuco nem a alternativa que representava nas eleições deste ano", diz a nota. "Na verdade, na disputa política entre trabalhadores e patrões na nossa sociedade, nos encontrávamos em campos opostos."

Na mais recente pesquisa eleitoral do Ibope, divulgada em 7 de agosto, Zé Maria registrou menos de 1% das intenções de voto.

Governo Federal entrega título de propriedade a agricultores de Rondônia. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/08/2014

Mais 153 agricultores familiares de Pimenta Bueno, no sul de Rondônia, vão receber, neste sábado (16), títulos definitivos das propriedades. O documento, emitido pelo Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o reconhecimento do Governo Federal do direito dessas famílias sobre a terra.

Na avaliação do secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, a entrega dos títulos definitivos contribui para o desenvolvimento sustentável da região. “Com o documento emitido pelo MDA, os agricultores familiares têm mais segurança jurídica. Com o título, o Governo Federal reconhece o direito sobre a propriedade. Além disso, o título também é porta de entrada para políticas públicas, como o Pronaf e o Programa de Habitação Rural”, afirma Lopes ao lembrar que ainda é possível utilizar o título como garantia para financiamento de crédito rural em instituições financeiras.

Programa Terra Legal Amazônia

Criado em 2009, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Programa Terra Legal Amazônia tem como objetivo regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

Serviço

Entrega de 153 títulos de terra para agricultores familiares de Pimenta Bueno (RO)

Data: 16 de agosto (sábado)

Hora: 10h

Local: Câmara de Vereadores de Pimenta Bueno - Av. Castelo Branco, 930 - Pioneiros, Pimenta Bueno (RO)

Questão indígena esquentada disputa eleitoral em Roraima. Bruna Carvalho – Site da Carta Capital, Política. 17/08/2014

Denúncia feita pelo pajé Davi Kopenawa contra Romero Jucá (PMDB) é apenas o último capítulo de uma das mais acirradas disputas do país.

Quando o pajé Davi Kopenawa pediu a palavra na cerimônia de encerramento da Festa Literária de Paraty (Flip) para denunciar as ameaças de morte que sofreu nos últimos meses, trouxe à tona uma série de questões inerentes ao embate político que hoje tem palco em Roraima. Davi se mostrou preocupado com a invasão de fazendeiros e garimpeiros na terra dos ianomâmis.

“Não quero repetir o que aconteceu há 40 anos com o meu amigo Chico Mendes”, afirmou antes de acusar a família do senador Romero Jucá (PMDB-RR) de incentivar a prática de garimpo ilegal. “O filho dele mora em Roraima e está mandando os garimpeiros entrarem no estado. Nós, a Funai e a Associação Ianomâmi ficamos brigando com ele, pois ele não pode continuar destruindo a natureza.”

Pouco depois dessas palavras serem proferidas diante da imprensa nacional e internacional presente no evento, o alvo das acusações se pronunciou. Romero Jucá, cujo filho Rodrigo disputa a eleição em Roraima como vice na chapa do governador Chico Rodrigues (PSB), disse no dia seguinte que a fala de Davi não passava de uma tentativa de promover a senadora Ângela Portela (PT-RR), adversária de Rodrigo na disputa.

“As declarações de Davi são irresponsáveis e mentirosas. Eu não tenho nada a ver com garimpo, o Rodrigo não tem nada a ver com garimpeiro”, afirmou Jucá a CartaCapital. “A senadora Ângela e o Davi, que mandam na Funai de Roraima, deveriam estar mais preocupados com os índios que passam fome na periferia de Boa Vista do que com o banquete na Flip.”

Ângela, por sua vez, classificou como “desrespeitosa e absurda” as considerações de seu adversário político em relação a Kopenawa. “A afirmação dele não me surpreende. Sempre que confrontado com algo que o incomoda, muda de assunto para tentar confundir o interlocutor e não ser obrigado a esclarecer os fatos”, disse durante conversa com a reportagem. “É uma leviandade reduzir as alegações do líder ianomâmi a uma questão eleitoral. Jucá quer desviar o foco do debate, que é seu histórico de defesa da mineração nas terras indígenas de Roraima”.

A querela entre Jucá e representantes dos povos indígenas não é de hoje. Antes de se tornar senador, o senador presidiu a Funai entre 1986 e 1988 e foi acusado de ter recebido propina para permitir a ação de madeireiros em terras indígenas durante sua gestão. A denúncia, feita em 1995, entretanto, foi arquivada pelo então procurador-geral da República Geraldo Brindero e nunca chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Também é de autoria de Jucá o projeto de lei 1610/1996 que visa regulamentar a mineração, atividade de alto impacto ambiental, em terras indígenas. Críticos ao projeto argumentam que, caso seja aprovado, dará aos indígenas pouco – ou quase nenhum – poder de decisão prática para vetar pedidos de exploração de companhias mineradoras. Os indígenas defendem que o tema seja abordado no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas, que tramita em Brasília desde 1994 e prevê uma participação mais ampla dos nativos nas decisões finais.

Outra polêmica que cerca o projeto de lei de Jucá é o fato de a filha do senador, Marina Jucá, ser sócia majoritária da companhia Boa Vista Mineração Ltda, companhia que entrou nos últimos dois anos com 27 processos de requerimento de pesquisa em

Roraima junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), autarquia que fiscaliza as atividades de mineração no território brasileiro. Questionado se não havia conflito de interesses, o senador negou, afirmando que inexistem requerimentos da empresa de sua filha que interfiram em terras indígenas.

Neudo Campos lidera

A questão da exploração mineira em terras indígenas será central nessa acirrada campanha eleitoral. Segundo pesquisa Ibope, Portela e Rodrigues estão empatados em segundo lugar, com 27% das intenções de voto. Os dois estão atrás de Neudo Campos (PP), que, apesar dos 32% da preferência do eleitorado, enfrenta incertezas em relação ao seu futuro na corrida eleitoral. O popular ex-governador é também um dos políticos com mais processos na Justiça. Na semana passada, teve o registro de sua candidatura indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RR) devido a uma condenação por peculato pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) e pela rejeição das contas no TCU.

O tom utilizado entre os outros dois adversários políticos que disputam o poder em Roraima tem sido duro desde o início da campanha eleitoral. Já na homologação de sua candidatura, Ângela Portela comparou o jeito de fazer política da família Jucá em Roraima ao da família Sarney, no Maranhão. A comparação entre os dois clãs e seus dois homens fortes é recorrente em análises políticas: ambos são naturais de um estado, mas fizeram carreira política em outro (o maranhense Sarney no Amapá, o pernambucano Jucá em Roraima). Assim como fez o ex-presidente do Senado no Maranhão, Jucá garantiu a carreira política de sua família: Teresa Surita, ex-mulher de Jucá, está em seu quarto mandato na prefeitura de Boa Vista; Rodrigo, seu filho, antes de disputar a eleição como vice de Chico Rodrigues, foi deputado estadual.

Em defesa da candidatura de seu filho, Jucá condenou a comparação feita por Portela. Em nota divulgada em suas redes sociais, acusou a senadora de tentar esconder seu marido, o ex-governador e candidato a deputado estadual Flamarion Portela (PTC-RR). Eleito em 2002, Portela, então no PT, teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por crimes eleitorais de abuso do poder econômico e político. Pesavam também contra ele acusações de envolvimento no “escândalo dos gafanhotos”, esquema de contratação de funcionários fantasmas que desviou 230 milhões de reais dos cofres públicos de Roraima durante o governo de Neudo Campos.

Um estado indígena

Localizado no extremo norte do Brasil, fronteiro à Venezuela e à Guiana, Roraima tem uma história política conturbada. Com a maior população indígena proporcional do País - 49.637 em meio a uma população de 450.479, segundo o IBGE – o estado foi marcado por brigas entre indígenas e produtores, que se sentem historicamente prejudicados pela demarcação das reservas.

De acordo com o Instituto Socio Ambiental (ISA), existem 33 terras indígenas homologadas em Roraima, o equivalente a 46% do território do estado, dentre elas as maiores do Brasil em termos de população: a Yanomami (23 mil habitantes) e a Raposa Serra do Sol (21 mil habitantes). Também de acordo com o ISA, a Terra Indígena Yanomami, que sofre com o garimpo ilegal, é a mais assediada por requerimentos de

exploração minerária. São 657 processos incidentes em 54,77% da terra indígena do pajé Davi Kopenawa.

Pouco conhecido no Brasil, Davi Kopenawa é considerado um dos principais porta-vozes da questão indígena em todo o mundo. Na infância, viu seu grupo de origem ser quase totalmente dizimado por epidemias de sarampo e gripe trazidas pelo contato com o homem branco. No final dos anos 80, uma corrida do ouro significou novo revés para o povo de Davi: sem imunidade, cerca de 1 mil indígenas morreram após uma invasão de garimpeiros. Estima-se que 40 mil pessoas tenham chegado às terras ianomâmis naquele período em busca de enriquecimento rápido através da extração do ouro.

Abraçado à luta pela sobrevivência dos indígenas e pela preservação da floresta, Davi foi um dos principais articuladores, em 1992, da demarcação da Terra Indígena Yanomami, uma área do tamanho de Pernambuco que ocupa parte de Roraima e Amazonas.

No mês passado, Davi Kopenawa foi à sede da Polícia Federal para denunciar as ameaças de morte que vinha sofrendo desde maio deste ano. Segundo o relatório protocolado na PF pela Hutukara Associação Yanomami, da qual Davi é presidente, garimpeiros foram ao encontro de Armindo Góes, diretor da associação, em São Gabriel Cachoeira (AM) para avisar que “as pessoas que tiveram prejuízos com as operações de combate ao garimpo dentro da Terra Indígena Yanomami estavam buscando por Davi Kopenawa e que ele não chegaria vivo até o final do ano”.

Em junho, apesar das medidas de segurança adotadas pela associação, dois homens armados entraram na sede do Instituto Sócio Ambiental em Boa Vista e levaram do escritório computadores, celulares e aparelhos GPS. “A partir daí, motoqueiros são vistos rondando a sede da Hutukara e perguntando por Davi”, afirma o relatório assinado por Dario Vitorio Kopenawa, filho mais velho de Davi e diretor da Hutukara. Um dos criminosos que participou da ação foi preso e disse que o assalto havia sido encomendado por um homem ligado ao garimpo em Tumeremo, na Venezuela.

A Polícia Federal instaurou um inquérito para apurar os crimes relatados e requisitou reforço ao policiamento da região. Os indígenas acreditam que as recentes intimidações se devam à colaboração da Hutukara nas investigações de combate ao garimpo, como a Operação Xawara, deflagrada em julho de 2012. Na ocasião, após investigações da PF em conjunto com o Ministério Público Federal, cinco grupos criminosos foram identificados, aviões apreendidos e prisões decretadas.

Foi dias depois de denunciar as ameaças à Polícia Federal que Davi Kopenawa usou o palco da Flip para fazer um alerta aos riscos que rondam a Terra Indígena Yanomami, uma das mais relevantes em termos de proteção à biodiversidade amazônica.

Comunidades resistentes se autodeclaram Gamela e lutam por terras entregues ao povo ainda no Império – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 20/08/2014

As comunidades de Taquaritiua e Centro do Antero, localizadas no município de Viana, Maranhão, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), retomaram em 2013 a luta que atravessa décadas pelo

reconhecimento de sua identidade enquanto povo indígena. No último dia 2 de agosto, realizaram uma Assembleia de Autodeclaração de pertencimento ao povo Gamela.

(CPT e CIMI)

Todavia, a luta por tal reconhecimento abre espaços para uma outra. Desde a década de 1970, as terras tradicionais deste povo, entregues aos gamela pelo Império português, começaram a ser invadidas e tomadas. A violência colonial os obrigou a resistir, e uma forma encontrada foi silenciar quanto a tal pertencimento. Do contrário, as comunidades poderiam ter sido extintas.

Para a resolução do conflito fundiário, foram oferecidos muitos caminhos: a reforma agrária tradicional, o programa de crédito fundiário, regularização fundiária como quilombo, mas as alternativas foram rejeitadas porque apenas um caminho era aceitável: a memória das comunidades de pertencimento a determinado povo indígena. Já eram reconhecimentos pelos “de fora” como “os moradores de Taquaritiua são índios”. É assim que nas cidades da região são olhados desde tempos imemoriais.

Passados tantos anos, é possível compreender que a luta, na verdade, sempre foi e continua sendo contra a homogeneidade fabricada e imposta pelo Estado, que nunca tolerou a pluralidade de nações, as diferentes culturas e formas de organização no interior de suas fronteiras montadas a ferro e fogo. O resultado foi o genocídio físico e cultural de centenas de povos originários. Nesse contexto é compressível que a negação, ou melhor, o ‘escondimento’ da identidade do grupo foi uma estratégia de sobrevivência em razão de massacres e do preconceito contra os povos originários.

A situação e o contexto, sobretudo, quando marcados pela violência - seja ela física ou simbólica - demanda um cuidado maior para que sinais e signos elaborados pelos grupos sejam percebidos como referências de si e do mundo que os rodeia.

No caso específico de Taquaritiua, segundo os idosos, desde a década de 1970, foi iniciado o loteamento e o registro cartorial em nome de particulares das terras antes de uso comum das comunidades. Ouvimos dona Lili se referir a este tempo como sendo “o tempo da guerra contra os grileiros, que contratavam os serviços de pistoleiros e policiais”.

O conflito trouxe como consequências: (1) a fragmentação das relações entre as comunidades espalhadas dentro do território. Segundo Epitácio, antes do início do conflito “desde a Ricoa até aqui (Taquaritiua) era tudo só uma irmandade; agora algumas comunidades se autodefinem como quilombolas, outras foram transformadas em assentamento da reforma agrária”; (2) a perda das terras. A terra dos índios era maior que 10 mil hectares, mas atualmente nada sobrou, ou melhor, sobraram 552 hectares que há décadas estão em processo de regularização, tramitando no ITERMA. Porém, recentemente, descobriram uma certidão do cartório de Viana em nome de um grileiro conhecido na região. Diante dessa situação, questionou Marcelino: “a terra dos índios era mais de 10 mil hectares e nós vamos lutar apenas por esses 552 hectares? Não pode”.

Segundo Pedro, “antigamente, nos dias de domingo, as famílias se reuniam para conversar, visitavam-se... hoje está tudo mudado”. Há ainda no território da

comunidade dois Terreiros de Culto de Pajelança em funcionamento; só recentemente foi introduzido o Tambor de Mina. Antes, segundo moradores, “os pajés curavam apenas com Maracá”, mas ainda há “brinquedo cura” no qual os brincantes usam trajes indígenas.

Estamos diante do fenômeno de redefinições de identidades, que devem ser encaradas como estratégias de sobrevivência diante da pressão do latifúndio, da omissão do Estado em garantir os direitos das minorias e da dificuldade de movimentos sociais lidarem com a diversidade étnica.

Taquaritiua, segundo muitos moradores dessas terras, é apenas parte de um grande povo que, segundo as memórias do major Francisco de Paula Ribeiro[1], escritas em 1819 e publicadas em 1841, estava presente desde Caxias até as matas das vilas de Monção, Penalva, Viana e até o rio Gurupi. Em 1930, o pesquisador alemão Curt Nimuendajú, em sua passagem pelo Maranhão, mais precisamente no município de Penalva, encontrou alguns Gamellas “puros”. Da conversa com esses indígenas coletou palavras e classificou a língua do povo como isolada[2]. Em 1983, o antropólogo Mércio Pereira Gomes visitou duas das aldeias que formavam a comunidade de Itaquaritiua[3].

O que ouvimos desde 2013 foi uma repetição de que eles (os moradores de Taquaritiua) são índios e assim são reconhecidos pelos de fora. Na memória da comunidade, até os anos 1960 recebiam visitas dos índios. Essas visitas eram fundamentais para a coesão das comunidades, para a preservação dos recursos naturais e a integridade das fronteiras da terra. No último dia 2 de agosto, dois depoimentos foram fundamentais para o entendimento do pertencimento étnico e das visitas dos índios àquelas terras.

O primeiro testemunho foi dado por Pedro, 84 anos, que ao descrever as visitas assim se referiu: “Eles vinham ver as terras, durante as visitas a gente pescava para eles, fazia farinha para eles, era assim; eles andavam nos variantes da terra... eles vinham visitar porque eram da mesma nação dos (índios) daqui... eram gamela”. Em outro depoimento, Epitácio se referindo a Domingos, conhecido como Domingos Manceta, chefe de caçada, assim recorda: “Domingos organizava os grupos para irem caçar – essas caçadas duravam dias – quando estavam por lá, ele ouvia barulho na mata e dizia ‘os gamelas tão por perto’, ele chamava e eles vinham, falavam com ele na língua, dava fumo pra eles... depois eles iam embora”.

Durante as últimas conversas, um elemento muito importante nas falas foi a explicitação dos vínculos de parentesco, de trabalho, entre a comunidade de Taquaritiua e a comunidade de Capivarí, município de Penalva, também aldeia do povo Gamela.

O fundamental desses depoimentos é a explicitação da consciência da identidade do grupo – “aqui em Taquaritiua, Centro do Antero, tem pouca gente que não seja parente aqui... meu desejo é que aparecessem aqui uma, duas ou três pessoas dizendo que são índios... porque aqui é indígena”, diz Pedro Gamela (foto).

Epitácio Gamela, falando sobre a ocupação destas terras, assim se referiu: “Sempre tem aqueles que querem ficar mais longe das cidades. Os índios sempre procuram fazer suas moradas perto das matas. Pelos caminhos foram ficando os índios domesticados os outros entram pra matas fechadas”.

Assim, é provável que os índios que visitavam Taquaritiua fossem parte dos gamelas que não foram dominados e continuaram fugindo do contato com os agentes da colonização branca. Nesse aspecto, podemos pensar que o povo Gamela em fuga possa ter se encontrado com o povo Ka'apor[4] que, em fuga do sul do Pará, havia chegado à fronteira oeste do Maranhão e logo após a dominação, em 1928[5], puderam retornar aos seus antigos territórios nos municípios de Viana, Cajari, Penalva, Matinha. Segundo o mesmo Epiácio, “os caçadores de Taquaritiua conheciam os sinais e sons deixados pelos índios na mata e com isso sabiam quando eles tavam perto de vir fazer a visita”.

Seguindo os passos de F. Barth, “o conceito de etnicidade está relacionado com o sentido organizacional dos grupos étnicos, esses são entendidos como categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e que além de perpetuarem-se biologicamente, compartilham valores culturais fundamentais. O grupo se organiza para interagir e categorizar-se a si mesmo e aos outros”[6].

Essas histórias foram interpretadas por Durval: “uma árvore pode ser cortada muitas vezes, mas sempre que brotar será a mesma árvore; assim: se a gente cortar uma bananeira quando ela brotar será uma bananeira; o broto não será uma laranjeira; o que está acontecendo com os povos indígenas é igual: eles tentaram acabar com a gente, mas agora nós estamos nos levantando como povo indígena”.

Somente assim pode ser interpretada a forma como se dá a apresentação: “Eu sou de descendência indígena, nasci e me criei aqui, minha mãe é daqui, minha avó, meu avô, tudo índio daqui”. Esse testemunho dos moradores de Taquaritiua desautoriza a afirmação de que o caso da comunidade de Taquaritiua se constitui como “um dos exemplos mais singulares da lenta passagem assimilativa de povos indígenas a camponeses brasileiros”, ou que se trate de caboclos e não de indígenas. Aliás, os substantivos caboclo e índio se equivalem. Como dizem: “os cabocos foram pra mata ou tão chegando da mata”.

A Assembleia de AUTO DECLARAÇÃO de sua identidade étnica e de pertencimento ao povo Gamela pelas comunidades Taquaratiua e Centro do Antero, se insere na grande marcha do ressurgimento das identidades historicamente negadas e, mais do que isso, esmagadas pelo Estado brasileiro. Passo necessário para que seja assegurada a efetivação do preceito constitucional:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Se por longos anos os povos originários silenciaram para sobreviver, agora têm consciência de que é preciso gritar alto para terem o direito à existência. “Era como se uma pedra grande estivesse em cima da plantinha. Essa pedra foi tirada e estamos aqui para contar e celebrar a nossa história”, afirma Cal Gamela.

Cimi manifesta perplexidade diante de denúncias envolvendo deputado relator da PEC 215, ruralistas e CNA – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22/08/2014

Em Nota, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta perplexidade diante das graves denúncias divulgadas pelo Ministério Público Federal do Mato Grosso (MPF/MT), nesta quinta-feira, 21, envolvendo ruralistas, Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e parlamentar relator da Comissão Especial da Câmara Federal que trata da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00.

De acordo com a denúncia “Conversa telefônica legalmente interceptada, revela que o líder ruralista Sebastião Ferreira Prado planejava o pagamento de R\$ 30 mil a advogado ligado à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que seria o responsável pelo relatório da PEC 215, na Comissão Especial que aprecia a matéria na Câmara dos Deputados”.

Sebastião, líder da Associação de Produtores Rurais de Suiá-Missu (Aprossum), está preso, acusado de aliciar pessoas para resistir à desocupação da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante, no nordeste de Mato Grosso. Cumpre salientar ainda que, segundo a denúncia, “o grupo recebia recursos de apoiadores de outros estados para financiar suas atividades, inviabilizando a efetiva ocupação do território pelos índios.

A influência do movimento de resistência extrapolava os limites de Mato Grosso e influenciava, também, conflitos na Bahia, Paraná, Maranhão e Mato Grosso do Sul”. São fortes as evidências da existência de uma verdadeira organização criminosa atuando, de maneira articulada e deliberada, em flagrante desrespeito ao Estado de Direito em nosso país. Além da afronta direta à decisão da mais alta instância do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu o direito do povo Xavante à Terra Indígena Marãiwatsédé e determinou a sua desintração, é demonstrada a interferência indevida da organização no ordenamento jurídico constitucional brasileiro, “mediante pagamento ao advogado (ou assessor) responsável pela elaboração do parecer (da PEC 215/00), envolvendo inclusive a Confederação Nacional da Agricultura – CNA” e a participação do grupo no fomento a conflitos envolvendo o direito e a posse de terras indígenas em diversas regiões do país.

Por meio da PEC 215/00, latifundiários e conglomerados empresariais, ligados ao agronegócio, especialmente multinacionais, visam revisar e impedir demarcações de terras indígenas, titulação de terras quilombolas e a criação de novas unidades de conservação ambiental no Brasil. Para além da inconstitucionalidade em si da PEC 215/00, as denúncias evidenciam o vício e a manifesta ilegalidade no processo de tramitação da mesma junto ao Poder Legislativo nacional.

É fundamental e urgente que sejam tomadas todas as medidas cabíveis, inclusive pela Procuradoria Geral da República (PGR) e pelo Conselho de ética da Câmara dos

Deputados, para que seja amplamente apurada a participação e desvirtuamento da conduta de parlamentares federais e demais envolvidos nas graves denúncias, a fim de que o Estado de Direito seja devidamente resguardado e respeitado em nosso país.

Brasília, DF, 21 de agosto de 2014

Após 13 anos, liminar é cassada e demarcação de terra indígena prossegue – Site do MST. 22/08/2014

Do Ministério Público Federal do MS

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) acompanhou o relator, desembargador Paulo Fontes, e cassou uma liminar que impedia a continuidade da demarcação da Terra Indígena Potrero Guaçu, em Paranhos, 460 km ao sul de Campo Grande (MS). A Justiça seguiu os argumentos do Ministério Público Federal (MPF) ao considerar que “não deveria ser amparada pelo Judiciário, de modo cautelar, a suspensão de atos administrativos por período tão longo”. A decisão que paralisou o procedimento, da Justiça Federal de Ponta Porã, é de 30 de janeiro de 2001.

O governo federal já declarou, através da portaria nº 298/2000 do Ministério da Justiça, que 4025 hectares são de ocupação tradicional do grupo indígena guarani-ñandeva. A partir de agora a Funai pode colocar os marcos físicos para delimitar a terra e enviar o procedimento para homologação pela presidente da República.

Atualmente, também por força de decisão judicial, a comunidade ocupa 264 dos 4.025 hectares declarados indígenas (6,5% do total). Mesmo assim, ela já foi alvo de ataque de pistoleiros, em abril de 2002, que resultou na destruição, por incêndio, de 23 das 25 casas existentes, disparos de armas de fogo, ameaças de morte e lesões corporais. O objetivo era expulsar os índios da área onde estavam assentados por força de decisão judicial.

Laudo antropológico produzido pela Funai concluiu que os índios, então estabelecidos na área de Potrero-Guaçu, foram expulsos a partir de 1938, para dar lugar a projeto de assentamento capitaneado pelo então estado de Mato Grosso. As terras eram doadas aos colonos e os índios, expulsos, eram empregados como mão-de-obra na lavoura. Na década de 1970, eles foram remanejados para A RESERVA Pirajuí, também em Paranhos.

Violência contra indígenas em MS: a maior do país

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, cerca de 70 mil pessoas divididas em várias etnias. Apesar disso, somente 0,2% da área do estado é ocupada por terras indígenas. As áreas ocupadas pelas lavouras de soja (1.100.000 ha) e cana (425.000 ha) são, respectivamente, dez e trinta vezes maiores que a soma das terras ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul. A lentidão das demarcações, seja por omissão do Poder Executivo Federal, seja por força de decisões judiciais, é inversamente proporcional ao crescimento da violência contra os indígenas no estado.

A taxa de assassinatos - cem por cem mil habitantes - é mais de 3 vezes maior que a média nacional, que é de 29 homicídios por cem mil habitantes. Em Mato Grosso do

Sul, pelo Censo de 2010, os indígenas são 2,9% da população, mas contribuem com 19,9% dos suicídios: quase sete vezes mais.

Em Dourados, há uma reserva com cerca de 3600 hectares, constituída na década de 1920. Existem ali duas aldeias - Jaguapiru e Bororó - com cerca de 12 mil pessoas. A densidade demográfica é de 0.3 hectares/pessoa.

Governo Federal decreta oito novas áreas para reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/08/2014

Decretos publicados no Diário Oficial da União de hoje (26) destinam oito novas áreas rurais em sete estados brasileiros para a reforma agrária. No total, são 7.710 hectares mil hectares com capacidade para receber 285 famílias de trabalhadores rurais.

Os decretos têm como base o artigo 184 da Constituição Federal que diz que compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não estiver cumprindo a função social, mediante prévia e justa indenização.

O pagamento da terra nua é feito por meio de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, e as benfeitorias, pagas em dinheiro. O pagamento é feito no momento em que a autarquia ingressa na Justiça com o pedido da posse do imóvel para criar o assentamento.

Com a publicação dos decretos, o próximo passo a ser dado é a realização das avaliações e Estudo da Capacidade de Geração de Renda dos imóveis, que define a organização do desenho produtivo, a renda projetada e a capacidade do imóvel de produzir sob a paisagem da agricultura familiar. Em seguida, a Procuradoria Especializada do Incra requer na Justiça Federal o ajuizamento das desapropriações para fins de reforma agrária. Após a imissão na posse da área pelo Incra, é criado o projeto de assentamento.

Para serem beneficiadas com a criação dos assentamentos, as novas famílias atendidas deverão estar no CadÚnico. Junto com a terra, os assentados terão acesso a outras políticas públicas do governo federal como assistência técnica, Minha Casa, Minha Vida, Água para Todos e Luz para Todos. Todas as ações estão definidas em um cronograma apresentado nas portarias de criação dos assentamentos.

Governo Federal destina 3,2 milhões de hectares para reforma agrária e preservação ambiental. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/08/2014

O programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) destina 3,2 milhões de hectares de terras federais à reforma agrária e à conservação do meio ambiente nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia. A cerimônia de transferência será nesta quarta-feira (27), em Brasília.

O evento contará com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes.

Do total, 86 mil hectares serão destinados para a reforma agrária nos estados do Amazonas e Pará. Sendo que 62,5 mil hectares beneficiarão 806 famílias amazonenses com ampliação da reserva legal do Projeto de Assentamento Acari, nos municípios de Borba, Novo Aripuanã e Apuí (AM).

Os outros 23,5 mil hectares irão beneficiar 209 famílias paraenses com a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Montanha Mangabal, no município de Itaituba, e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Castanheira II, no município de Senador José Porfírio (PA).

Áreas de preservação - O MDA repassará 3 milhões de hectares ao Ministério do Meio Ambiente para a criação de áreas de preservação ambiental. Sendo que 2,6 milhões de hectares são no estado do Amazonas, 411 mil hectares no Pará e 12 mil hectares em Rondônia.

Além disso, 155 mil hectares serão repassados ao Governo do Acre para a criação de uma floresta estadual.

MMA recebe mais de 3 milhões de hectares na região amazônica. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/08/2014

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) recebeu, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Programa Terra Legal Amazônia, mais de 3 milhões de hectares de terras públicas federais, nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia. O ato foi assinado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, na tarde desta quinta-feira (27/08), em Brasília. As terras passam a integrar as áreas protegidas pelo MMA, sendo destinadas à conservação do meio ambiente e à reforma agrária.

“O ato cristalizou a nova realidade da regularização fundiária, sinônimo de paz e segurança na região”, classificou a ministra Izabella Teixeira. Trata-se, segundo ela, de uma conquista socioambiental, que só foi possível graças à parceria com o MDA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fundação Nacional do Índio (Funai), além do trabalho envolvendo centenas de servidores públicos federais, estaduais e municipais, incluindo-se o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em setembro de 2013, durante a primeira fase do Programa Terra Legal Amazônia, o MMA recebeu quase 1 milhão de hectares no estado do Amazonas, com áreas divididas entre as glebas Urupadí (480.887) e Parauarí (472.025), no município de Maués. Nesta segunda etapa, dos mais de 3 milhões de hectares entregues ao MMA, 2,6 milhões de hectares estão no Amazonas, 411 mil hectares no Pará e 12 mil hectares em Rondônia.

TRABALHO DURO

Para o ministro Miguel Rossetto, a destinação e regularização de quase 8 milhões de hectares de terras públicas federais confirma a disposição do governo federal para legalizar os assentamentos e dar segurança jurídica aos ocupantes de uma área do tamanho da Bélgica ou o equivalente aos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro juntos. “É o resultado de um enorme esforço que envolveu vários órgãos públicos,

governos de estados e municípios e centenas de servidores dedicados, que trabalharam duro para alcançarmos esse resultado”, comemorou.

Com base em dados do MDA, existem, na região Amazônica, 55 milhões de hectares de terras públicas federais ainda sem destinação. Desse total, estima-se que 39 milhões sejam áreas de floresta, configurando um dos principais gargalos para as políticas de combate ao desmatamento.

ASSENTAMENTOS

O ato do MDA destinou, também, mais de 86 mil hectares à reforma agrária nos estados do Amazonas e Pará. Pelo menos 62,5 mil hectares beneficiarão 806 famílias amazonenses com ampliação da reserva legal do Projeto de Assentamento Acari, nos municípios de Borba, Novo Aripuanã e Apuí (AM). Outras 209 famílias paraenses receberão 23,5 mil hectares com a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Montanha Mangabal, no município de Itaituba, e do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Castanheira II, no município de Senador José Porfírio (PA).

Além disso, 155 mil hectares foram repassados ao estado do Acre para a criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, e mais de 86 mil hectares destinados ao Incra. E, com o apoio do Incra, dos estados, municípios e da sociedade civil organizada, foram georreferenciados 18 milhões de hectares, com 60 mil ocupações sobre os quais o estado passou a ter conhecimento e gestão. Foram entregues, na ocasião, títulos de áreas urbanas às prefeituras de Itupiranga (PA), Novo Repartimento (PA), e título de propriedade rural ao casal de agricultores familiares, Maurício Rodrigues de Souza e Elizete Pereira de Oliveira, do município de Itinga do Maranhão (MA).

NOTA PÚBLICA SOBRE O PERÍODO ELEITORAL - Onde está a Reforma Agrária? – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 27/08/2014

A CPT vem a público manifestar sua análise sobre o período eleitoral, o perfil e os planos de governo dos principais candidatos, trazendo como maior questionamento, “Onde está a Reforma Agrária” no futuro desses possíveis governantes?

Onde está a Reforma Agrária?

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra, após denunciar no início da semana passada a onda de violência que se abateu sobre os trabalhadores e trabalhadoras do campo, querem agora unir sua voz à de milhares e milhares de indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, camponeses e camponesas e trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil, que expressam sua perplexidade e descrença diante do atual quadro político-eleitoral do momento. Na realidade é frequente ouvir deles que nenhum candidato e nenhuma proposta se identifica com as suas necessidades e reivindicações

Podemos testemunhar que vem crescendo a não aceitação e uma justa revolta diante do conchavo permanente entre poderosos grupos econômicos privados, nacionais e estrangeiros, ruralistas, agroindustriais, mineradores, para ocupar e controlar cargos nas instituições públicas tanto do executivo, quanto do legislativo. Com isso objetivam influenciar leis e políticas públicas que facilitem a perpetuação do latifúndio e da

grilagem, que retirem os direitos duramente conquistados pelos povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, e que flexibilizem os direitos trabalhistas, para garantir o lucro a qualquer custo para os investimentos e empreendimentos capitalistas.

Isso, que homens e mulheres do campo, das águas e das florestas percebem, fica claro na análise dos programas de governo dos candidatos que, em âmbito federal e estadual, disputam com possibilidades de sucesso as eleições. Todos eles exaltam a eficiência e importância do agronegócio, enquanto nem sequer reservam uma linha para a necessidade da reforma agrária, ou aqueles que a ela se referem, a colocam num plano insignificante. O máximo que os programas pontuam é algum tipo de apoio à agricultura familiar e uma insinuação à necessidade de uma agricultura agroecológica e saudável.

O resultado previsto, quaisquer sejam os vencedores, será a confirmação de um modelo de desenvolvimento que ameça os territórios indígenas, quilombolas e camponeses, a continuidade da vida nos nossos biomas e os direitos trabalhistas. Um modelo de desenvolvimento que, no dizer de Maninha, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras, “traz sofrimento para nossas comunidades”.

O próprio financiamento das campanhas eleitorais pelas grandes empresas é a expressão cabal do conluio capital/política. Qual será o interesse, por exemplo, das três empresas responsáveis, até o momento, por 65% do arrecadado pelos três principais candidatos à presidência da república, JBS (Friboi), Ambev (Cervejaria) e OAS Construtora, se elas estão envolvidas em denúncias e punições por violações aos direitos trabalhistas de seus funcionários, inclusive em situações análogas ao trabalho escravo?

Na contramão dos programas das agremiações partidárias, infelizmente hegemônicas, insistimos sobre a centralidade da Reforma Agrária. Trata-se de uma Reforma Agrária ressignificada, que vai além da mera distribuição de terras: é sonho e projeto que brota e floresce com as novas experiências e articulações dos indígenas e dos quilombolas, que defendem e retomam seus territórios, com a proposta de economias que defendam o futuro do Planeta, ameaçado pelo efeito estufa e mudanças climáticas, agroecologias como visão do mundo, aproveitamento das energias limpas, soberania e segurança alimentar respeitosa da Vida, moratórias que preservem o que sobra da Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas, com suas bacias hidrográficas e aquíferos destruídos e constantemente agredidos.

Se não houver uma mudança radical no curso destas eleições, a CPT sente que elas não marcarão nenhum salto qualitativo em relação às grandes expectativas que o Brasil fez eclodir, com muita esperança, nas manifestações de junho de 2013 e nas mobilizações indígenas e camponesas deste último ano. Por isso conclama a todos quantos sentem a urgência de um Brasil novo, à participação no plebiscito popular a acontecer na semana da pátria, em vista da convocação de uma Constituinte soberana e independente para a construção de uma reforma política que abra espaço para organizações populares, de classe e de territórios. Estas representadas e presentes nas decisões mais importantes da vida do País, lutarão para que sejam reconhecidos e aceitos a autonomia e o protagonismo de grupos que resistem à massificação dos métodos do capital e propõem alternativas a um modelo de desenvolvimento elitista e falido.

Se a dimensão política é a “maneira de melhor exercer o maior mandamento do amor” (Papa Francisco, discurso do dia 10 de junho de 2013), cabe-nos, como Comissão Pastoral da Terra, denunciar as viciadas formas de exercer o poder que alimentam e fortalecem os grupos já poderosos, que agredem e ameaçam não só os direitos dos mais fracos, mas a própria Constituição brasileira.

Goiânia, 27 de agosto de 2014.

Comissão Pastoral da Terra

Mais 3 milhões de hectares para reforma agrária e conservação ambiental na Amazônia Legal. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/08/2014

“Este ato representa um importante avanço. É o resultado de um trabalho volumoso que exigiu muita dedicação de todas as pessoas envolvidas. Hoje, o Brasil ficou mais bonito. Nosso País fica mais bonito quando fica mais justo”, pontuou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, na cerimônia de destinação de 3,28 milhões de hectares de terras federais na Amazônia Legal para a reforma agrária e conservação ambiental. O evento ocorreu na tarde desta quarta-feira (27) em Brasília.

Para se ter uma ideia da importância dessa ação, a área destinada é equivalente ao tamanho do estado de Alagoas e do Distrito Federal juntos. São terras que ajudarão o País a avançar na concretização de projetos de assentamentos e na proteção da Amazônia. Dos 3,28 milhões de hectares, 86 mil são para a reforma agrária e 3,19 milhões para a conservação ambiental.

Na avaliação da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a destinação da área para a preservação ambiental na Amazônia Legal mostra o compromisso do governo com a região. “Hoje recebemos essas áreas que são fruto de um intenso esforço coletivo para a regularização fundiária. Ação que é fundamental para a redução dos conflitos e para eliminar o desmatamento ilegal. Assim, garantimos mais segurança jurídica e gestão ambiental, o que gera renda, sustentabilidade e diminui as desigualdades”, explicou.

Para o Presidente do Incra, Carlos Guedes, o ato cumpre um dos objetivos constitucionais estabelecido para a reforma agrária. “É um avanço significativo, que vai permitir que famílias que vivem sobre terras públicas federais, sejam reconhecidas como beneficiárias da reforma agrária e que famílias que já vivem em assentamentos possam regularizar a sua condição ambiental a partir deste ato de destinação” destacou.

Destinação de terras e entrega de títulos

“Com essa iniciativa, o Terra Legal dá prosseguimento ao trabalho de regularizar e dar destino para 55 milhões de hectares de terras federais na Amazônia Legal”, informou o secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Sérgio Lopes, ao lembrar que o Programa Terra Legal do MDA já destinou mais de 8,8 milhões de hectares de terras federais na Amazônia Legal e entregou 11.168 títulos para produtores rurais.

Durante o evento, o casal de agricultores familiares maranhenses Elizete de Oliveira e Maurício de Souza receberam o título da propriedade. Para Elizete, que é professora e produtora rural, a conquista do título garante segurança jurídica para a família investir na propriedade. “Agora é nosso mesmo e ninguém pode nos tirar”, afirmou. Na propriedade de 7,2 hectares o casal cria cerca de 150 cabeças de caprinos e mantém uma horta para o consumo da família.

Ainda, foram entregues títulos urbanos para os municípios paraenses de Itupiranga e Novo Repartimento.

CPT Bahia e GEOGRAFAR/UFBA fazem lançamento do relatório Conflitos no Campo Brasil 2013 – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 28/08/2014

Nesta sexta-feira, 29 de agosto, a Comissão Pastoral da Terra Bahia (CPT), o Programa de Pós-Graduação em Economia e o Programa de Pós-Graduação em Geografia, através do Grupo de Pesquisa GEOGRAFAR - Geografia dos Assentamentos na Área Rural, da UFBA, farão o lançamento do relatório Conflitos no Campo Brasil 2013 elaborado pela CPT.

Esta é a 29ª edição da publicação anual que reúne dados sobre os conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, neles inclusos os indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais. O lançamento acontecerá no Instituto de Geociências da UFBA, em Ondina, a partir das 14h.

Os dados nacionais serão apresentados pelo sociólogo Ruben Siqueira e os da Bahia pela advogada Tatiana Gomes, ambos da CPT. Tiago Rodrigues, do GEOGRAFAR, fará uma interpretação dos dados e uma apreciação da reforma agrária nos últimos anos. Testemunhos de comunidades que sofreram conflitos serão dados pelo Cacique Ramon, dos Tupinambás, de Olivença, e por representantes das comunidades quilombolas de Rio dos Macacos e pesqueiras de Ilha de Maré, da Baía de Todos os Santos. Após as apresentações haverá debate com os participantes, entre os quais candidatos ao Governo do Estado que se fizerem presentes.

Bahia

O número de conflitos no campo na Bahia em 2013 teve um recuo em relação ao ano anterior: foram registrados 98 conflitos, quando, em 2012, foram 138. O mesmo aconteceu no Brasil em geral, que registrou em 2013 um total de 1266 conflitos, quando em 2012 foram 1364.

Do total de 98 conflitos na Bahia, os conflitos por terra somaram 67, contra 122 registrados em 2012. Já o número de conflitos pela água representaram um considerável crescimento, pulando de 8 (oito) registrados em 2012 para 21 conflitos no ano de 2013. De uma forma geral, no Brasil, o número de conflitos pela água teve um crescimento expressivo: 32% a mais que em 2012.

Já em relação ao número de violências contra a pessoa, em 2013 na Bahia foram registrados seis assassinatos, quando em 2012 foi apenas um. Os dados apontam

também três tentativas de assassinato, nove ameaças de morte, 11 agressões e nenhum preso. No Brasil, 15 dos 34 assassinados eram indígenas.

Serviço:

Lançamento do relatório Conflitos no Campo Brasil 2013

Data: 29 de agosto (sexta-feira)

Horário: 14h

Local: Auditório B do Instituto de Geociências da UFBA – Ondina, Salvador-BA.

NOTA - CPT Araguaia Tocantins destaca luta das famílias que ocuparam o Incra em Araguaína (TO) – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/08/2014

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) Regional Araguaia - Tocantins vem por meio desta parabenizar e destacar a força das famílias integrantes da Articulação Camponesa de Luta Pela Terra e Defesa dos Territórios, que ocuparam a unidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Araguaína (TO) entre os dias 18 e 22 de agosto.

Ainda que completamente ignoradas pelo Incra e pelo Programa Terra Legal, as famílias camponesas resistiram aos dias de ocupação e conquistaram, como fruto do protagonismo de sua própria luta, uma nova audiência pública entre 17 e 19 de setembro, após acordo mediado pelo Juiz Federal Rafael Tadeu Rocha da Silva.

Pela primeira vez, conforme reivindicação da articulação, a reunião contará com a participação da presidência nacional do Incra, além da superintendência nacional do Programa Terra Legal, da Ouvidoria Agrária Nacional e Regional, da presidência do Itertins e de representantes do Ibama, do Naturatins, da Advocacia Geral da União e do Ministério Público Federal.

Durante o encontro será debatida a pauta reivindicada há anos em cinco audiências públicas já realizadas dos 16 grupos de acampados, ocupantes, posseiros, assentados e quilombolas membros da Articulação Camponesa.

MST invade fazenda do senador Eunício Oliveira em Goiás. João Pedro Pitombo – Folha de São Paulo, Poder. 31/08/2014

Uma fazenda do senador e candidato ao governo do Ceará Eunício Oliveira (PMDB) foi invadida na madrugada deste domingo (31) por 3.000 famílias do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Com 20 mil hectares (equivalente a 20 mil campos de futebol), a fazenda Santa Mônica fica em Goiás, numa região entre os municípios de Abadiânia, Alexânia e Corumbá (120 km de Goiânia).

Em nota, o MST justificou a invasão com o argumento de que as terras do senador seriam improdutivas e arrendadas para a produção de soja e milho. Segundo a entidade, esta seria a maior ocupação de terras em Goiás dos últimos dez anos.

"O MST denuncia a escandalosa relação do senador Eunício com expulsão de dezenas de famílias camponesas da região, com o único intuito de promover a especulação fundiária", informou a nota.

A Agropecuária Santa Mônica, empresa de propriedade do senador que administra a fazenda, afirmou em nota que a invasão "é um ato surpreendente por se tratar de uma área totalmente produtiva" e seguir "as normas da legislação trabalhista, tributária e ambiental".

"Confiamos na atuação das autoridades, em todas as esferas de responsabilidade, no sentido de, o mais rápido possível, apresentarem soluções pacíficas para o caso", afirmou Ricardo Augusto, diretor administrativo da Agropecuária Santa Mônica.

A Agropecuária Santa Mônica informou também que aguarda a reintegração de posse da fazenda a partir desta segunda-feira (1º). A empresa que havia ingressado na Justiça com um interdito proibitório – ação que funciona como um termo de posse preventivo – que foi acatado pelo juiz Levine Raja Gabaglia Artiag, da Comarca de Corumbá.

A assessoria de imprensa de Eunício Oliveira informou que o caso será tratado no âmbito administrativo e que o senador não falaria sobre o assunto.

CRÍTICA

Em nota oficial, o MST criticou o que chamou de "profundos vínculos" do Estado brasileiro com o agronegócio e a ampla presença de parlamentares ruralistas no Congresso Nacional.

"Com essa ocupação, o MST reafirma seu compromisso com a sociedade brasileira de lutar pelo fim do latifúndio, contra o agronegócio e pela produção de alimentos saudáveis para o povo da cidade e do campo", diz a nota.

Procurada pela Folha, a assessoria do MST afirmou que nem dirigentes da entidade, nem representantes das famílias que invadiram a fazenda fariam sobre o assunto.

MST ocupa Fazenda do senador Eunício Oliveira. Célia Froufe – O Estado de São Paulo, Política. 31/08/2014

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) ocupou neste domingo, 31, a Fazenda Santa Mônica, de propriedade de Eunício Oliveira (PMDB), senador e candidato a governador do Ceará. De acordo com a organização do movimento, três mil famílias estão no local. Eunício, que continuará em campanha, não se pronunciará a respeito do assunto, deixando o tema exclusivamente com o diretor administrativo da agropecuária, Ricardo Augusto.

Para Augusto, a invasão foi um ato "surpreendente". Segundo nota do diretor, a fazenda é produtiva e está localizada em Goiás, em uma região sem conflitos agrários. "É uma propriedade que observa todas as normas da legislação trabalhista, tributária e ambiental, inclusive com áreas de proteção e de guarda de espécies da fauna silvestre homologadas pelo Ibama", argumentou.

Já o MST diz que as terras são improdutivas. "O MST denuncia a escandalosa relação do senador Eunício com expulsão de dezenas de famílias camponesas da região, com o único intuito de promover a especulação fundiária, em uma região onde o preço da terra tem se valorizado muito nos últimos anos." Segundo o movimento, algumas propriedades do político estão arrendadas para a produção de soja e milho, o que demonstraria o interesse exclusivamente financeiro que o senador tem com a área. "Esse é um claro exemplo de como o Estado brasileiro tem profundos vínculos com o latifúndio e o agronegócio", trouxe a nota do MST.

Com essa ocupação, o MST alega que reafirma seu compromisso com a sociedade brasileira de lutar pelo fim do latifúndio. "A não realização da Reforma Agrária só interessa a uma pequena elite que defende apenas seus interesses, não os do Brasil."

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa